

## Gayatri Spivak e o feminismo negro: notas para um debate

## Gayatri Spivak y lo feminismo negro: notas para un debate

## Gayatri Spivak and black feminism: notes for a debate

173

Recebido em 03-09-2014  
Aceito para publicação em 03-05-2015

Stella Zagatto Paterniani<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho constitui-se em alguns apontamentos aproximativos entre o trabalho de Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?* (2010) e as contribuições de Patricia Collins e bell hooks para o feminismo negro. O argumento anti-identitário e antiessencialista de Spivak, bem como o da criação de espaços de fala do subalterno, são fundamentais para o feminismo negro. Este, por sua vez, emerge enquanto crítica a um feminismo que universaliza uma experiência de mulher: branca, universitária, casada, heterossexual, de classe média e média-alta. Para contraporem a isso, hooks e Collins propõem a humanização da mulher negra, vinculando-se, portanto, como muitos autores da crítica pós-colonial, a uma tradição humanista.

**Palavras-chave:** feminismo negro; Spivak; pós-colonial; humanismo.

**Resumen:** Esta obra consiste en algunas notas aproximativas entre el trabajo de Gayatri Spivak, *¿Puede el subalterno hablar?* y las contribuciones de Patricia Collins y bell hooks al feminismo negro. El argumento contra la identidad y anti-esencialista de Spivak, así como su outro argumento acerca de la creación de espacios de conversación donde los subalternos pueden hablar son fundamentales

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília. Brasília, Brasil. E-mail: [stella.paterniani@gmail.com](mailto:stella.paterniani@gmail.com)

para el feminismo negro. Este feminismo, a su vez, surge como un feminismo crítico de la universalización de una experiencia de la mujer: blanca, con estudios en la universidad, casada, heterosexual, de clase media y media-alta. Para contrarrestar esto, lo que hooks y Collins proponen es la humanización de las mujeres negras, lo que las vincula, por tanto, como muchos autores de la crítica poscolonial, a la tradición humanista.

**Palabras clave:** feminismo negro; Spivak; poscolonial; humanismo.

**Abstract:** Here are some notes that intend to bring together Gayatri Spivak's work, *Can the subaltern speak?* and Patricia Collins' and bell hooks' contributions to black feminism. Spivak's point, anti-identity and anti-essence, as though as her point about the creation of spaces where the subaltern can speak are fundamental to black feminism. This feminism, in its turn, emerges as critical to a feminism that universalizes one specific women's experience: white, with university studies, married, heterosexual, middle-class/high-class. To counteract that, what hooks and Collins propose is the humanization of the black woman, which vinculates the authors, as thought many post-colonial authors, to a humanistic tradition.

**Keywords:** black feminism; Spivak; post-colonial; humanism.

## 1. Introdução

Gayatri Chakravorty Spivak é uma mulher nascida em 1942 na cidade de Calcutá, Índia. Foi lá que realizou seus estudos de graduação em inglês, na Universidade de Calcutá; depois, fez mestrado e doutorado em Literatura Comparada nos Estados Unidos, na Universidade Cornell. Atualmente, é professora de Literatura Comparada do Departamento de Inglês e do Instituto de Literatura e Sociedade Comparadas, da Universidade Columbia, em Nova York. “O que significa isso?”, ou, por que abrir este texto com a menção a alguns traços biográficos da autora – notadamente, seu gênero e sua nacionalidade?

“O que significa isso?” é justamente a pergunta que a própria Spivak ([1985] 2010<sup>2</sup>) faz em seu artigo “Pode o subalterno falar?”, ao questionar as assunções conflituosas – nativa

---

<sup>2</sup> De agora em diante, usarei a data 2010 ao me referir a este texto, que é o ano da publicação de sua tradução para o português. É importante ter em mente, no entanto, que o texto foi originalmente escrito em 1985.

(indiana) e britânica; no entanto, ambas de *homens* indianos e *homens* britânicos produtores de conhecimento – acerca de uma prática cultural indiana de autossacrifício de viúvas. É a partir desse questionamento que Spivak chega à conclusão, no artigo em questão, de que as intelectuais mulheres têm “uma tarefa circunscrita que ela[s] não deve[m] rejeitar com um floreio” (SPIVAK, 2010, p. 126). Neste texto<sup>3</sup>, pretendo indicar como Spivak constrói este seu ponto de vista e como ele pode ser relacionado com o feminismo negro de Patricia Collins (1986) e bell hooks (1984, 1991), como um pontapé para um debate. Espero, ao final do texto, restar claro “o que significa isso”, isto é, o que significa ter escolhido iniciar o texto mencionando que Gayatri Spivak é uma mulher indiana.

## 2. Spivak e a pós-colonialidade

Spivak considera-se uma pensadora pós-colonial desconstrucionista, cuja inspiração para o desconstrucionismo é Jacques Derrida. Foi ela quem traduziu para o inglês seu livro *Of Grammatology* (1976), e afirmou: “Do mesmo modo que a morte de Hegel não implicou o fim da dialética, tampouco a morte de Derrida supõe o fim da desconstrução” (Butler; Spivak, 2009, p.10. Tradução minha<sup>4</sup>). Não obstante, sua postura teórica alia esse desconstrucionismo ao marxismo, ao pós-estruturalismo, a teorias do multiculturalismo e da globalização e ao feminismo contemporâneo.

Em “Pode o subalterno falar?” (2010), Spivak delinea “um dos argumentos mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos” (Almeida, 2010, p.11), ao mesmo tempo em que faz uma crítica ao Grupo de Estudos Subalternos<sup>5</sup>. Seu questionamento (“O subalterno pode, de fato, falar?”) baseia-se numa “crítica à ênfase de Gramsci na autonomia do sujeito subalterno como uma premissa essencialista” e “remete à preocupação de Spivak em

---

3 Este texto foi escrito a partir de um minicurso sobre Pós e Des-Colonialidade, ministrado pela professora Adelia Miglievich na Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2014, e inspirado em discussões de outro curso, ministrado pelo Professor Joaze Bernardino-Costa, também na Universidade de Brasília. A ambos, agradeço.

4 No original: “Del mismo modo que la muerte de Hegel no implicó el final de la dialéctica, tampoco la muerte de Derrida supone el fin de la desconstrucción.”

5 O Grupo de Estudos Subalternos foi um grupo de pesquisadores do sul da Ásia interessados nos estudos das sociedades pós-coloniais e pós-imperiais. Fundado nos anos 1980, o grupo teve forte inspiração gramsciana, e daí vem o termo “subalterno”.

teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irreduzivelmente heterogêneo” (Almeida, 2010, p.11). Isto é, Spivak recusa quaisquer essencialismos na caracterização do “subalterno”. Essa sua postura é convergente conquanto situa-se como desconstrucionista: da inspiração de Derrida resta a crítica de que a dicotomia nós-Outro exigiria a fixação de identidades<sup>6</sup>. Vista sob outro prisma, no entanto, se assumirmos que a identidade é, o tempo todo, negociada e situacional – e, por isso mesmo, prefiro usar a expressão “identificações” no lugar de “identidade(s)” –, a heterogeneidade deve ser reconhecida em todos os “sujeitos” – inclusive e fundamentalmente, no subalterno.

O argumento ressoa no ponto de vista de Edward Said em *Orientalismo* ([1978] 2007), obra na qual o autor expõe mecanismos, métodos e procedimentos do que chama de “prática do orientalismo”, ou seja, “o conhecimento do Oriente que coloca as coisas orientais na aula, no tribunal, na prisão ou no manual, para escrutínio, estudo, julgamento, disciplina ou governo” (Said, 2007, p.74) e cuja premissa é supor o objeto como ontologicamente estável, passível de escrutínio e de ter suas origens, apogeu e declínio examinados por um estudioso do tema. Assim, a recusa ao essencialismo que Spivak defende é, por extensão, uma recusa em supor um “objeto de pesquisa” como ontologicamente estável. Trata-se de uma postura político-epistemológica de ambos os autores, contra uma violência epistêmica de “constituir o sujeito colonial como Outro” (Spivak, 2010, p.47).

Tal postura político-epistemológica remete a um entendimento do mundo que, por sua vez, recusa um pensamento orientado por dicotomias, o qual cria o tempo todo pares de oposição hierárquicos um em relação ao outro. Entre os pós-coloniais, há um consenso epistemológico de que as dicotomias fundam e consolidam hierarquias entre os pares que a compõem: negro/branco, selvagem/civilizado, colonizado/colonizador. É dessa percepção do mundo que emergem seus escritos e, novamente, a clássica pergunta política “O que fazer?”. O que fazer diante de um mundo que opera politicamente por dicotomias que não guardam, entre si, relações horizontais? Implodi-las. Implodir as dicotomias é uma das

---

<sup>6</sup> E aí também residiria a crítica de Spivak a Foucault e Deleuze, nesse mesmo artigo: apesar de seus trabalhos versarem sobre o Outro e sua heterogeneidade, ambos insistiriam, segundo a autora, na existência do sujeito soberano, ainda que guiado pelo desejo: “Algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito” (Spivak, 2010, p.20).

tarefas urgentes do pensamento pós-colonial. Tal implosão, contudo, parte do concreto: o reconhecimento de que as dicotomias operam. Assim, não é uma implosão desinteressada, pelo contrário: trata-se de uma implosão comprometida politicamente. Implodem-se polaridades e dicotomias ao mesmo tempo – o que é fundamental – na medida em que se reconhece a construção de sujeitos políticos, isto é, em que se salvaguardam fronteiras. Tanto as ideias quanto os atores, seus projetos políticos e modos de fazer sentido de suas ações no mundo não são estanques, imutáveis, indisputáveis; são passíveis de transformação e resignificação. As relações estão o tempo todo em interação. Serem dinâmicas não implica, contudo, serem absolutamente fluidas e passíveis de todo e qualquer arranjo possível. Os arranjos são os limites da existência de um reconhecimento, de identificações que, ainda que situacionais, possibilitem o reconhecimento de uma coletividade enquanto tal para si.

Spivak está especialmente interessada em um tipo de, arrisco dizer, coletividade: o subalterno. Mas o que é o subalterno? Não se trata de qualquer marginalizado; antes, são “as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak *apud* Almeida, 2010, p.12. Tradução da autora). E quem encontra uma posição ainda mais periférica e profunda na subalternidade é a mulher subalterna.

Como dito acima, diante de assertivas exteriores às mulheres indianas, é a partir do questionamento de “O que significa isso?”, escreve Spivak (2010), que se começa a traçar uma história. História que leve em consideração, especialmente e segundo o caso por ela apresentado, as mulheres subalternas, isto é, as mulheres sob opressão de classe ou de raça: “relatar, ou, melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia” (Spivak, 2010, p.85-6). No entanto, para Spivak, o intelectual não deve jamais “falar em nome de”. “Falar em nome” dessas mulheres implicaria a manutenção de sua subalternidade – elas continuariam silenciadas. Um ato de resistência “em nome do” subalterno reproduz as estruturas de poder e opressão, mantém o subalterno silenciado. A proposta de Spivak é que seja tarefa do intelectual pós-colonial criar espaços por meio dos

quais o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido – a criação de audiências.

### 3. O feminismo negro de Collins e hooks

O argumento anti-identitário e antiessencialista de Spivak, bem como o da criação de espaços de fala do subalterno, é fundamental para o feminismo negro. Bell Hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkins escolhido por ela em homenagem a sua avó, parte da ideia de que o feminismo, nos Estados Unidos, não surgiu das mulheres mais vitimizadas. Já no primeiro capítulo de seu *Feminist Theory: from margin to center* (1984), ela faz uma crítica a Betty Friedan, fundadora do chamado “feminismo contemporâneo”, e mostra como esse feminismo transformou as dificuldades de um tipo específico de mulher – branca, casada, com formação universitária, de classe média e alta – em condições universais que afetariam todas as mulheres dos Estados Unidos. Esse feminismo entende a realidade das mulheres como unidimensional e essencialista; as “mulheres sem homens, sem filhos, sem lares, não brancas e brancas pobres” são ignoradas.

Para bell hooks, o que esse feminismo conservador fez foi apropriar-se da ideia de opressão de modo a promover os interesses de classe dessas mulheres que universalizaram suas demandas e seu modo de ver o mundo. A opressão, para a autora, significa a ausência de opção para a mulher; quando as feministas liberais propõem a existência de uma “opressão comum”, universalizam e essencializam a ideia de “mulher” e mascaram as diferenças entre as mulheres.

O eixo dos argumentos de bell hooks, assim como dos de Patricia Collins (1986), é retomar o entrelaçamento da opressão de raça, classe e gênero, partindo do reconhecimento concreto: a opressão existe. Enquanto um homem negro<sup>7</sup> é vitimado pelo racismo, mas pode

---

7 Importante mencionar que ao utilizar a expressão “negro” ou “negra” (assim como “branco” ou “branca”) não o faço referendando uma noção biológica de raça ou uma realidade natural, mas, sim, compreendendo-os (bem como a raça) enquanto construtos sociais. Clóvis Moura, já em 1977, observou que “ao falarmos de negro não objetivamos (...) o negro puro mas, definir uma etnia que, vinda de matrizes negras, conserva a sua cor próxima a essas matrizes e, por elementos de cultura, posição social e econômica, formam uma unidade que é tida como representativa do negro, pela sociedade branca” (Moura, 1977, p.20. Nota 4, grifos meus, grifos no original omitidos). Sua formulação pode ser atualizada com a ponderação de Guimarães (1999, p. 11): “‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos

ser explorador de mulheres, e a mulher branca é vitimada pelo sexismo, mas pode ser opressora de pessoas negras, a mulher negra, afirma hooks (1984) não têm o “outro” a quem poderia oprimir. A mulher negra de baixa renda, acrescentaria Collins.<sup>8</sup>

Mas falar em “mulher negra” não implicaria, justamente, o essencialismo que Spivak recusa? Collins é arguta nesse sentido, quando menciona a importância da cultura da mulher negra e a sutileza de que essa “cultura” é formada por “culturas”: notadamente, experiências distintas. Ela toma a definição de cultura de Mullings, para quem cultura:

São os símbolos e valores que criam o enquadramento ideológico de referência por meio do qual as pessoas lidam com as circunstâncias nas quais se encontram. A cultura (...) não é composta por elementos estáticos (...) [mas] está constantemente mudando e se transformando, como novas formas são criadas a partir de velhas (MULLINGS *apud* COLLINS, 1986).

Assim, culturas negras formariam a cultura negra: temas que se conectam, mas que são experienciados por cada mulher de maneira distinta, a depender de sua classe, religião, orientação sexual, momento histórico em que vive etc. Para Collins, esse “enquadramento ideológico de referência” são os valores de autodefinição e autoavaliação que as mulheres negras devem atribuir a si próprias para desfazerem-se de estereótipos vindos do exterior que as desumanizam. Autodefinir-se é uma forma de se humanizar. E este é outro ponto muito importante para essas ativistas e teóricas do pensamento feminista negro: a humanização da mulher negra.

O humanismo é outro elemento que vincula o pensamento feminista negro ao pensamento pós-colonial, inclusive ao de Spivak e de Said. De acordo com Collins, aproximar-se do humanismo é defender “a liberdade de ser diferente e parte da solidariedade da humanidade ao mesmo tempo” (Collins, 1986, p.30. Tradução minha<sup>9</sup>). O feminismo negro

---

sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social”.

<sup>8</sup> Cabe lembrar que os textos aos quais estou me referindo aqui foram escritos e publicados, originalmente, nos anos 1980. Hoje, acredito que uma atualização dos argumentos das autoras deveria incluir a orientação sexual à tríade classe-raça-gênero.

<sup>9</sup> No original: “the freedom both to be different and part of the solidarity of humanity”.

não supõe a categorização de coisas, pessoas e ideias em termos das diferenças hierárquicas entre elas, mas, por sua vez, propõe uma visão baseada na “solidariedade da humanidade”. Isso permite, inclusive, às feministas negras, serem mais sensíveis à percepção dos sistemas opressivos que afetam, por exemplo, homens negros, mulheres brancas, pessoas transsexuais, etc.

Neste ínterim, qual é o papel da mulher intelectual negra? (ou: “O que significa isso?”). Para Collins, é fazer uso de seu lugar específico enquanto “outsider de dentro”<sup>10</sup> e, com isso, trazer as mulheres negras para o centro da análise. Essa condição de “outsider de dentro” permite que as intelectuais negras percebam como anomalia alguns fatos que são tidos como normais na disciplina sociológica: a omissão de fatos sobre as mulheres negras, a generalização de “mulher”, e as distorções de fatos e observações sobre elas, feitas por homens brancos. Trazer a mulher negra para dentro da análise implicaria em grandes diferenças. A autora exemplifica sua proposta mostrando a diferença existente entre uma análise estatística do trabalho de mulheres negras, em contraponto à autodefinição e autoavaliação de mulheres negras enquanto trabalhadoras oprimidas. O segundo viés exigiria, necessariamente, reinterpretar conceitos sociológicos-chaves, como trabalho e família, e conteria uma crítica a generalizações de grupos de trabalhadores que não levam em consideração as estruturas entrelaçadas da opressão (e têm, assim, uma compreensão estritamente econômica das relações empregador/empregado).

#### 4. Considerações finais

Busquei, nestas linhas, aproximar o pensamento pós-colonial de Gayatri Spivak às contribuições ao feminismo negro de Patricia Hill Collins e bell hooks. Há três aproximações que o texto buscou indicar. A primeira é como o argumento anti-identitário e anti-essencialista de Spivak também aparece como fundamental para o feminismo negro. A segunda aproximação diz respeito à urgência da criação de espaços de fala do subalterno (ou

---

10 Patricia Collins (1986) desenvolve o argumento a partir da experiência das mulheres negras nos Estados Unidos que foram trabalhar em casas de famílias brancas. Elas desenvolveram essa experiência de “outsider de dentro” [*outsider within*], pois faziam e não faziam parte da família branca. Ela aproxima essa condição de “outsider de dentro” à noção de estrangeiro de Simmel.

das subalternas), que também aparece como central tanto na obra de Spivak quanto nas contribuições de Collins e hooks.

O feminismo negro, por sua vez, emerge enquanto crítica ao feminismo proposto por Betty Friedman e a um feminismo que universaliza uma experiência de mulher: branca, universitária, casada, heterossexual, de classe média e média-alta. Para contraporem-se a essa universalização, o que hooks e Collins propõem é a humanização da mulher negra – que consiste na terceira aproximação que este texto buscou tecer –, vinculando-se, portanto, assim como Spivak e outras autoras da crítica pós-colonial, a uma tradição humanista de pensamento sobre o mundo social.

## 5. Referências

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (2010). “Prefácio – Apresentando Spivak”. In: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri (2009). *Quién le canta al estado-nación? Language, política, pertenencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill (1986). “Learning from the Outsider-within: the Sociological Significance of Black Feminist Thought”. *Social Problems*, vol. 33, nº 6.
- DERRIDA, Jacques (1976). *Of Grammatology*. Baltimore & London: Johns Hopkins University Press.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fund. de Apoio à USP/Editora 34.
- hooks, bell (1984). *Feminist theory: from margin to center*. Boston e Brooklyn: South End Press.
- \_\_\_\_\_. (1991). “Black Women Intellectuals”. In: WEST, Cornel; hooks, bell (orgs.) *Breaking Bread: Insurgent Black Intellectual Life*. Boston: South End Press.

MOURA, Clóvis (1977). *O negro – De bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista.

SAID, Edward ([1978] 2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.

SPIVAK, Gayatri ([1985] 2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.